

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AÇÃO CIVIL PÚBLICA	23
1. Previsão normativa	23
1.1. A tradição individualista na tutela dos direitos	23
1.2. Surgimento e consolidação da tutela coletiva de direitos	25
1.3. Impacto do Novo Código de Processo Civil na Ação Civil Pública no Processo do Trabalho	28
2. Denominação	32
3. Conceito	34
3.1. Considerações gerais sobre o conceito de ação civil pública	34
3.2. Ação civil pública como instituto jurídico	36
3.3. Interesses e direitos tuteláveis pela ação civil pública	37
4. Natureza jurídica	40

Capítulo II

ACESSO À JUSTIÇA E PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO	43
1. Conflitos coletivos de trabalho	43
1.1. Perspectivas de enfrentamento dos conflitos nas sociedades	43
1.2. A assimilação dos conflitos pelo Direito do Trabalho	46
1.3. Os conflitos trabalhistas na atualidade	48
2. Mecanismo de resolução de conflitos coletivos trabalhistas	52
3. Acesso qualificado à Justiça, Função Jurisdicional e o papel dos Magis- trados trabalhistas	56
3.1. Acesso à justiça	56
3.2. Acesso qualificado à justiça	58
3.3. Jurisdição trabalhista e o papel dos Magistrados do Trabalho	60
3.3.1. Fortalecimento da Justiça do Trabalho na Constituição de 1988 e os novos desafios	60
3.3.2. O constitucionalismo e o papel do Juiz	61

4.	O papel do Ministério Público do Trabalho e dos sindicatos. Demais legitimados. Parcerias	67
4.1.	O papel do Ministério Público do Trabalho na ação civil pública	67
4.1.1.	Localização e estrutura do Ministério Público na Constituição de 1988	67
4.1.2.	Princípios institucionais do Ministério Público	70
4.1.3.	Funções institucionais do Ministério Público	72
4.1.4.	Ministério Público do Trabalho	73
4.1.4.1.	Previsão do Ministério Público do Trabalho nas Constituições e nas leis	73
4.1.4.2.	O Ministério Público do Trabalho na Lei Complementar 75, de 20.05.1993	75
4.1.4.3.	O papel do Ministério Público do Trabalho na ação civil pública	79
4.2.	O papel dos sindicatos na ação civil pública	80
4.2.1.	A previsão constitucional dos sindicatos e a centralidade da autonomia sindical	80
4.2.2.	Autonomia sindical como reconhecimento. A defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores	82
4.2.3.	As resistências iniciais para reconhecer a atuação sindical nos termos da Constituição	86
4.2.4.	O papel dos demais legitimados. Parcerias.	88
5.	Ações coletivas e processo coletivo na Justiça do Trabalho	90
5.1.	Dissídios Coletivos	90
5.2.	Ação de cumprimento	94
5.3.	Mandado de segurança coletivo	96
5.4.	Ação anulatória de cláusula de convenção ou acordo coletivo de trabalho	98
5.5.	Processo coletivo do trabalho	99

Capítulo III

INTERESSES E DIREITOS OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA		103
1.	Acepções do termo <i>interesse</i>	103
2.	Interesses e direitos	106
3.	Interesses legítimos e interesse público	110
3.1.	Interesses legítimos	110
3.2.	Interesse público	114
3.2.1.	Considerações gerais	114
3.2.2.	Interesse público primário e secundário	116
3.2.3.	Interesse público que justifica a atuação do Ministério Público do Trabalho	118

4.	Interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	121
5.	Direitos fundamentais dos trabalhadores	131
5.1.	Direitos fundamentais	131
5.1.1.	Denominação	131
5.1.2.	A dimensão discursiva dos direitos fundamentais	132
5.1.3.	A dignidade humana nas concepções de direitos fundamentais	134
5.1.4.	Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais	137
5.1.5.	O caráter histórico dos direitos fundamentais	139
5.1.6.	O processo de especificação e coletivização dos direitos fundamentais	142
5.1.7.	A indivisibilidade dos direitos fundamentais	144
5.1.8.	Cumprimento progressivo e irreversibilidade dos direitos sociais	146
5.2.	Direitos fundamentais e Direito do Trabalho	147
5.2.1.	A incidência dos direitos fundamentais nas relações de trabalho	147
5.2.2.	Os direitos trabalhistas e as diversas gerações	149
5.2.3.	Os direitos fundamentais específicos dos trabalhadores na Constituição de 1988	150
5.2.4.	Convenções da OIT e os direitos fundamentais dos trabalhadores	152
5.2.5.	A incorporação dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento brasileiro. As Convenções fundamentais da OIT	154
5.2.6.	Aplicação imediata dos direitos sociais dos trabalhadores	155
5.2.7.	Os direitos sociais dos trabalhadores como destinatários da máxima proteção constitucional	156
5.2.8.	Princípio de proteção constitucional e o papel da ação civil pública na negociação coletiva	159
5.2.9.	São os direitos transindividuais dos trabalhadores direitos fundamentais?	161

Capítulo IV

PODERES E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		165
1.	Notificações e requisições	165
2.	Inquérito Civil	169
2.1.	Considerações gerais	169
2.2.	Inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Trabalho	171
2.2.1.	Instauração	171
2.2.2.	Competência para o inquérito civil	173

2.2.3.	Instrução do Inquérito civil no Ministério Público do Trabalho	175
2.2.4.	Investigação articulada	177
2.2.5.	Conclusão dos procedimentos e inquéritos	177
2.2.6.	Competência para julgar eventuais medidas judiciais contra ato do Procurador no inquérito civil	178
3.	Termo de Ajuste de Conduta (TAC)	179
3.1.	Considerações gerais	179
3.2.	Legitimidade para a celebração do TAC	183
3.3.	Natureza Jurídica	184
3.4.	Conteúdo do TAC	186
3.5.	Alterações do conteúdo do TAC após a celebração	187
3.6.	TAC e fiscalização trabalhista	190
3.7.	Efetividade do TAC e garantias adicionais	191
3.8.	Multa, indenizações e destinação dos valores	193
3.9.	Acompanhamento de TAC e arquivamento	194
4.	Audiências públicas	195
5.	Recomendações	196
6.	Prerrogativas processuais	196

Capítulo V

AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO PROCESSO TRABALHISTA	203
1. Propositura da ACP trabalhista	204
2. Objeto da ação civil pública trabalhista	207
2.1. Amplitude do objeto da ação civil pública	207
2.2. A exigibilidade, correção e promoção de políticas públicas por meio de ação civil pública	213
2.3. Ações civis públicas que tenham por objeto convenções e acordos coletivos de trabalho que violam o ordenamento jurídico	216
3. Rito processual da ação civil pública trabalhista	218
4. Legitimidade ativa e passiva. Legitimidade ordinária e extraordinária	220
4.1. Legitimidade ativa para a ação civil pública	220
4.1.1. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa de interesses e direitos coletivos	222
4.1.1.1. As resistências iniciais na jurisprudência	222
4.1.1.2. As decisões do Supremo Tribunal Federal e a mudança na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho	225
4.1.1.3. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a ação civil pública que tenha por objeto Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	230

4.1.1.4.	Resistências pontuais quanto à legitimidade do Ministério Público do Trabalho, superadas pela jurisprudência	232
4.1.2.	Legitimidade dos sindicatos para a ação civil pública	236
4.1.2.1.	Atuação do sindicato como substituto processual	236
4.1.2.2.	Alcance da legitimidade dos sindicatos na ação civil pública	238
4.1.3.	Legitimidade passiva. A participação do réu. Contraditório e defesa.	245
5.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros	247
5.1.	Litisconsórcio ativo	247
5.2.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	250
5.3.	Litisconsórcio passivo	251
5.4.	Outras modalidades de intervenção de terceiros	253
6.	Competência para a ação civil pública	254
6.1.	Considerações gerais	254
6.2.	Competência para a ação civil pública e abrangência da coisa julgada	256
7.	Litispendência, conexão e continência	265
8.	Desistência da ação	269
9.	Tutelas de urgência	270
10.	Fase probatória. Provas produzidas no inquérito civil. Inversão do ônus da prova	277
10.1.	Distribuição estática do ônus da prova	277
10.2.	Carga dinâmica da prova. Inversão do ônus da prova mitigada	278
10.3.	Provas colhidas no inquérito civil e procedimentos preliminares	283
11.	Prescrição	286
12.	Conciliação em juízo	298
13.	Multas	300
13.1.	Hipóteses e momento de aplicação	300
13.2.	Exigibilidade da multa concedida liminarmente após o trânsito em julgado. Inatualidade da norma	302
13.3.	Regularização tardia da situação em desconformidade com o ordenamento jurídico e exigência da multa	307
13.4.	Beneficiário da multa nas ações civis públicas para a reparação de interesses e direitos individuais homogêneos	309
14.	Sentença	310
14.1.	Considerações gerais	310
14.2.	As modalidades de tutela dos direitos no processo civil contemporâneo	313
14.3.	Gratuidade, sucumbência e honorários advocatícios	317

15. Dano moral individual e coletivo	322
15.1. Considerações gerais sobre o dano moral individual e coletivo	322
15.2. Dano moral coletivo	326
15.3. Dano social e <i>dumping</i> social	341
16. Destinação das indenizações e multas	345
17. Recursos	351
17.1. Acesso aos tribunais como dimensão do acesso à Justiça	351
17.2. Reexame de fatos e provas, pré-questionamento e divergência jurisprudencial em aspectos da ação civil pública (Súmulas 126, 296 e 297 do TST)	356
17.3. Multa ao ente público por embargos de declaração protelatórios ou agravo incabível	360
17.4. Reexame necessário	364
18. Coisa julgada.	364
18.1. Considerações gerais	364
18.2. Improcedência dos pedidos por insuficiência de prova	368
18.3. Limitação dos efeitos da coisa julgada à competência territorial do órgão prolator da decisão. Improriedade	368
19. Liquidação e execução	370
19.1. Considerações gerais	370
19.2. Cumprimento das obrigações de fazer e não fazer	372
19.3. Os legitimados para a ação civil pública e a liquidação e execução da condenação de reparação individualizada que beneficia as vítimas.	373
19.4. <i>Fluid recovery</i>	375
19.5. Prazo de suspensão da ação individual, para beneficiar-se da tutela coletiva	376
19.6. Competência para a liquidação e a execução	377
19.7. Execução contra a Fazenda Pública	378
 BIBLIOGRAFIA	 381